

DEMOCRACIA DIGITAL E DELIBERAÇÃO ONLINE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O VOTENAWEB¹

Ricardo Fabrino Mendonça² y Marcus Abílio Pereira³

Resumo: Este artigo analisa uma experiência digital específica à luz da teoria deliberacionista de democracia. Ele está estruturado em três partes. Inicialmente, apresentam-se dados descritivos sobre a iniciativa investigada, qual seja, o *VotenaWeb*. Trata-se de uma plataforma digital desenvolvida com o intuito de reduzir o hiato entre cidadãos e representantes políticos. Ela oferece oportunidades para que cidadãos expressem suas visões em relação a todos os projetos de lei apresentados no Congresso Nacional do Brasil. O artigo se move, então, para a análise empírica de três fóruns da iniciativa. Adota-se uma matriz analítica constituída por cinco categorias: inclusividade, provimento de razões, reciprocidade, respeito mútuo e orientação para o bem comum. A análise mostra marcas significativas de

¹ Texto apresentado no IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR, Belo Horizonte, Brasil, 04-06 de maio de 2011, e agraciado com o Prêmio Edgardo Catterberg. A versão revista publicada por *RLOP* integra as ações do projeto *Deliberação Online?*, que conta com financiamento da Fapemig (Edital 01/2011 – Processo SHA – APQ-00544-11), a quem somos gratos. Também somos gratos aos integrantes do *Centro de Estudos Avançados em Democracia Digital e Governo Eletrônico* da UFBA, na pessoa do Prof. Wilson Gomes, pela discussão de uma versão preliminar do texto.

² Doutor em Comunicação pela UFMG (Brasil). Professor do Departamento de Ciência Política da mesma instituição e integrante do *Grupo de Pesquisa em Democracia Digital*. E-mail: ricardofabrino@hotmail.com.

³ Doutor em Sociologia do Estado, do Direito e Administração pela Universidade de Coimbra (Portugal). Professor do Departamento de Ciência Política da UFMG (Brasil) e integrante do *Grupo de Pesquisa em Democracia Digital*. E-mail: marcusabilio@fafich.ufmg.br.

provimento de razões, respeito e orientação para o bem comum. Ela também revela problemas relacionados à inclusividade e à reciprocidade. Por fim, o artigo argumenta que micro-análises deliberativas não são inteiramente capazes de ler fenômenos empíricos pelas lentes da abordagem. Sugere-se que uma análise mais ampla deve prestar atenção ao papel da informação em processos deliberativos e ao cruzamento de diversas esferas discursivas. A conclusão apresenta algumas sugestões relacionadas ao desenho de iniciativas digitais.

Palavras-chave: democracia deliberativa; democracia digital; *Votenaweb*

Abstract: This paper aims to analyze a specific experience of e-democracy through the lenses of deliberative democracy. It is structured in three main sections. Initially, it presents some descriptive data about the investigated initiative, namely *Votenaweb*. The selected experience is a digital platform developed with the intent of reducing the gap between citizens and political representatives. It provides opportunities for citizens to express their views in regard to every bill presented at the Brazilian National Congress. The paper then moves to the empirical analysis of three *forums* held within *Votenaweb*. It adopts an analytic framework constituted by five categories: inclusiveness, reason-giving, reciprocity, mutual respect and orientation to the common good. The analysis shows significant marks of reason-giving, mutual respect and orientation to the common good. It also reveals problems related to inclusiveness and reciprocity. Lastly, the paper argues that the micro-analysis of deliberation is not entirely capable of reading an empirical phenomenon through the lenses of deliberative democracy. It suggests that a broad analysis should pay attention to the role of information in broader deliberative processes and also to the intertwinement of diverse discursive spheres. The conclusion presents some suggestions related to the design of the initiative.

Keywords: deliberative democracy; E-democracy; *Votenaweb*

Para além das esperanças teóricas em torno do potencial democrático das tecnologias digitais, já existe um considerável corpo de iniciativas implementadas por governos, empresas e atores da sociedade civil. Tais experiências permitiram que a literatura se movesse da oscilação inicial entre o elogio e o medo dos efeitos políticos das TIC para o estudo efetivo de casos concretos. A presente proposta se insere nesse movimento, buscando investigar uma iniciativa específica de democracia digital: o *Votenaweb*.

Tal investigação será feita a partir da matriz deliberacionista de democracia. Isso porque muitas das potencialidades atribuídas à Internet estão ligadas à suposição de que iniciativas digitais podem enriquecer os processos deliberativos existentes ou criar novos espaços de interlocução. Diferentemente de outros estudos, contudo, não é intuito deste trabalho mensurar a deliberatividade da experiência e declarar se se trata de um sítio deliberativo ou não. Não se deseja simplesmente testar a hipótese de deliberatividade. O objetivo do trabalho é abordar a experiência à luz da perspectiva deliberacionista. Mais do que um diagnóstico fechado sobre quão deliberativa é a experiência, aspira-se a refletir, a partir do caso em tela, sobre suas potencialidades e desafios, bem como sobre a própria teoria em questão.

O artigo estrutura-se em três seções. Na primeira delas, faremos uma breve contextualização do *Votenaweb*. Em seguida, adotaremos uma grade analítica inspirada na proposta de Wales *et al.* (2010) para um estudo inicial de três fóruns de discussão promovidos pela iniciativa. Essa análise nos ajuda a pensar alguns elementos deliberativos da iniciativa, embora não dê conta de compreender a complexidade da interface entre a referida experiência e a teoria que guia nosso estudo. Por isso, o artigo se move para uma terceira seção em que busca fazer alguns apontamentos que não se restringem à mensuração da micro-deliberação no interior de fóruns de discussão.

Votenaweb

O *Votenaweb* é uma iniciativa digital que busca aproximar cidadãos e representantes do sistema político. Trata-se de um sítio na Internet que disponibiliza aos internautas resumos dos projetos de leis propostos no Congresso Nacional, permitindo-lhes expressar suas opiniões através de votos e comentários. Além disso, a iniciativa disponibiliza uma série de ferramentas que permitem ao usuário avaliar a trajetória de representantes políticos e seus posicionamentos diante de cada projeto.

A experiência surgiu no início de 2009, quando uma equipe da empresa *Webcitizen* decidiu se dedicar à criação de uma plataforma que reduzisse o hiato entre os cidadãos e seus representantes. A referida empresa atua em diversos projetos que buscam otimizar processos informacionais para promover compartilhamento de conhecimento, “abertura, transparência e democracia para a administração pública”.⁴

Fernando Barreto, sócio-fundador e diretor da *Webcitizen*, explica que o *Votenaweb* surgiu como uma proposta dos sócios da empresa para ampliar seu portfólio a partir da resolução de um problema concreto, qual seja, distância entre cidadãos e representantes do sistema político.⁵ A versão inicial da plataforma foi desenvolvida por cerca de seis meses, sendo lançada oficialmente no TEDx São Paulo 2009 –um evento que reuniu diversas propostas de inovação para solucionar problemas contemporâneos. Passados dois anos, o *Votenaweb* conta com cerca de 14 mil usuários e começa a ter reconhecimento internacional. Em 2010, o projeto foi convidado a apresentar-se no evento

⁴ Cf. <http://www.webcitizen.com.br/projetos/>

⁵ Anotações livres a partir de entrevista não-estruturada realizada no dia 09 de outubro de 2010.

Gov 2.0 Expo em Washington DC, o que lhe possibilitou a participação em um workshop da ONU realizado em Barcelona no mesmo ano.

Atualmente, o *Votenaweb* disponibiliza 2072 projetos de lei para serem avaliados pelos internautas, os quais suscitaram cerca de 300 mil votos.⁶ Os projetos de lei que mobilizaram os maiores números de votos tiveram a participação de cerca de 1750 pessoas.⁷ Os votos dos usuários são computados em gráficos que permitem vislumbrar não apenas os posicionamentos dos demais votantes, mas também os padrões de votos a partir de três variáveis (*gênero, idade e estado de origem*), que podem ser visualizadas isoladamente ou em conjunto.

A plataforma possibilita, ainda, que se conheçam os posicionamentos de deputados e senadores acerca de cada projeto. Uma página permite visualizar dados sobre os mandatos e carreiras de cada político, incluindo os partidos a que foram filiados, suas atividades parlamentares, os projetos que propuseram e seus votos no interior da plataforma. A partir desses dados, a plataforma permite aferir o grau de afinidade de cada usuário com políticos específicos. Outro aspecto a ser citado é a presença de informações sobre a tramitação dos projetos.

No que concerne à possibilidade de discussão política, ressalta-se a existência de um espaço de comentários vinculado a cada projeto. Até o momento, cerca de nove mil comentários foram postados no total.⁸ Alguns projetos contam com mais de cem comentários embora quase um

⁶ Informação atualizada em 19 de janeiro de 2011.

⁷ Em primeiro lugar, aparece um projeto que permite o porte de armas para atiradores e colecionadores. Dados: www.votenaweb.com.br. Acesso: 19/01/2011 às 14:26.

⁸ Dado provido pela jornalista do *votenaweb*, Daniele Amaral, em 24/01/2011.

terço dos fóruns (30,2%) não tenha recebido comentários.⁹ Esse espaço de comentários é de particular interesse para a perspectiva deliberacionista de democracia. Isso porque ele abre uma oportunidade para que cidadãos comuns se posicionem a respeito de projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, permitindo a emersão de um espaço de conversação civil.

É nesse sentido que iniciamos nossa análise com um estudo de caso focado em fóruns de três projetos de lei. O intuito dessa primeira análise é verificar se o que se processa no interior dessas arenas é condizente com algumas das premissas caras aos deliberacionistas.

Deliberação online?

O interesse de democratas participacionistas e deliberacionistas pela Internet não é recente. Basta lembrar que já nos anos 1970 Macpherson (1977) indagava-se sobre o potencial democrático das tecnologias emergentes. No campo propriamente deliberativo, muitos estudos buscaram apontar a Internet como nova ágora pública capaz de gerar debates e fomentar a edificação de razões publicamente acessíveis e defensáveis (Bohman, 2004; Gastil 2003; Wilhelm 2000; Delli Carpini *et al.*, 2004; Dean, 2003; Gimmler, 2001; Polletta and Lee, 2006). Como explicam Graham e Witschge (2003: 174):

Acredita-se que a Internet ofereça um possível remédio para uma esfera pública enferma, que tem assistido ao progressivo encolhimento de espaços discursivos, e para a mídia massiva, que se tornou crescentemente impregnada pela comercialização e tabloidização.

⁹ O projeto mais comentado é o mesmo que recebeu mais votos, contando com 229 *posts*. 625 dos 2072 fóruns ainda não tiveram postagens. Dados: www.votenaweb.com.br. Acesso: 19/01/2011 às 14:27.

É somente na virada do século XXI, contudo, que a pesquisa mais sistemática em torno da ideia de *deliberação online* se aprofunda, sendo esta impulsionada pela guinada empírica da literatura deliberacionista (Black *et al.*, 2009; Rosenberg, 2007; Dryzek, 2007). Entre as propostas de cunho quantitativo, o *Discourse Quality Index* (DQI), proposto por Steenbergen *et al.* (2003) para a análise de debates parlamentares, tornou-se célebre. Avalizada pelo próprio Habermas (2005), a grade busca aferir a deliberatividade de discussões a partir de cinco categorias: *participação; nível de justificação; conteúdo das justificações; respeito; e política construtiva*.¹⁰ Outra proposta analítica bastante referenciada é a matriz apresentada por Jennifer Stromer-Galley (2007), que engloba os seguintes operadores: *expressão de opinião baseada em razões; sourcing (fonte); grau de discordância; igualdade; ligação com o assunto; engajamento*.

Convém mencionar, aqui, a vastidão do campo de estudos sobre deliberação online. Há investigações centradas no design de fóruns (Wright & Street, 2007; Sæbø *et al.*, 2009), propostas voltadas à avaliação de deliberatividade de grupos de discussão (Graham & Witschge, 2003; Janssen & Kies, 2005), pesquisas que buscam comparar arenas da Internet com outras instâncias midiáticas (Gerhards & Schäfer, 2010) e estudos que verificam o papel da Internet na promoção de interlocuções entre grupos (Mutz, 2006; Wojcieszak & Mutz, 2009). Tais estudos oferecem trilhas metodológicas ricas para pensar as interfaces entre deliberação e Internet. Nos limites do presente artigo, seria impossível, contudo, abordar essas múltiplas agendas de pesquisa. Assim, ater-nos-emos à apresentação de uma grade analítica interessante que busca articular pontos das

¹⁰ Recentemente, o DQI tem passado por reformulações, para diagnosticar graus e formatos distintos de deliberatividade, tornando-se mais apto à compreensão de arenas informais (Bächtiger *et al.*, 2009).

propostas de Steenbergen *et al.* (2003) e de Stromer-Galley (2007). Trata-se da abordagem apresentada por Wales e seus colaboradores (2010).

Os referidos pesquisadores organizaram uma experiência de larga escala que contou com a participação de mais de seis mil pessoas. Grande esforço foi devotado ao design da iniciativa, dado o reconhecimento de que “diferentes ‘arquiteturas discursivas’ podem ser construídas, encorajando comportamentos mais ou menos deliberativos” (Wales *et al.*, 2010: 5). Entre os cuidados mencionados pela equipe, ressaltam-se: a concessão de incentivos à participação; a construção de fóruns assíncronos; o provimento de informações acessíveis; a existência de moderação leve e visível; a organização das discussões em *threads*; a explicitação das regras de discussão; e a preocupação com a conexão com autoridades governamentais.

No artigo mencionado, analisaram-se dois fóruns de discussão sobre comportamento anti-social da juventude e coesão comunitária. A avaliação da qualidade das discussões foi guiada pelas seguintes operadores: *inclusividade*, *provimento de razões (reason-giving)*, *reciprocidade*, *respeito mútuo* e *orientação para o bem comum*. A espinha dorsal dessas categorias se liga ao DQI, embora este seja submetido a várias adaptações, visto “privilegiar formas particularmente sofisticadas de comunicação” (Wales *et al.*, 2010: 9). O esquema dos autores procura simplificar a grade, sem perder sua riqueza heurística.

Neste artigo, procuramos aplicar o modelo sugerido por Wales e seus colaboradores, fazendo mais algumas adaptações. O *corpus* empírico dessa análise inicial é constituído pelos 118 comentários de usuários em torno dos três projetos de lei mais polêmicos do *Votenaweb*, i.e. aqueles que apresentam a menor diferença entre o percentual de votantes favoráveis e contrários à proposta:

- PLC – 6693 / 2009 – *Proibirá a publicidade voltada para o público infantil entre às 06h e 20h, na televisão e no rádio.* (Autoria: Deputado Capitão Assunção – PSB/ES) – 64 comentários
- PLC – 7627 / 2010 – *Obrigará que escolas de ensinios fundamental e médio discutam o tema “Gênero nas relações intra e interpessoais”, para incentivar a convivência pacífica entre homens e mulheres.* (Autoria: Deputado Janete Rocha Pietá – PT/SP) – 27 comentários
- PLC – 6555 / 2009 – *Determinará que o sistema de transporte coletivo interestadual dê desconto no preço da passagem para pessoas de baixa renda, nos casos em que a viagem tenha como motivo a visita a familiares doentes sob risco de morte.* (Autoria: Deputado Dr. Talmir – PV/SP) – 27 comentários

O material empírico foi coletado em janeiro de 2011. Cada *post* foi categorizado por dois codificadores, que são os próprios pesquisadores responsáveis pela configuração da grade analítica. Em seguida, os codificadores discutiram eventuais divergências interpretativas. Tal discussão permitiu não apenas a unificação da análise, mas também a maior clareza das categorias adotadas, o que será importante para uma posterior aplicação da matriz a um número maior de fóruns do *VotenaWeb*.

Nas subseções abaixo, buscamos explicar o modo como operacionalizamos as cinco categorias sugeridas por Wales *et al.* (2010) e apresentamos os principais achados.

Inclusividade

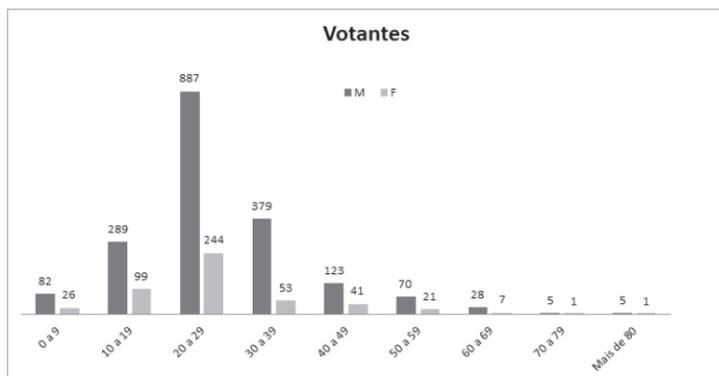
A primeira categoria expressa dimensões centrais da teoria deliberacionista. Democratas deliberativos apostam no potencial da discussão pública como forma de produzir

decisões legítimas e complexas (Habermas, 1997; Bohman, 1996; Chambers, 2003; Gutmann & Thompson, 2004). Essa discussão deve incluir todos os sujeitos potencialmente afetados por uma decisão, além de libertar os argumentos de formas de coerção internas e externas. A efetiva inclusividade requer que o maior número possível de perspectivas sejam consideradas e que elas sejam consideradas com base nas razões que expressam.

Wales *et al.* (2010: 10) afirmam que, “para democratas deliberativos, a inclusividade tem pelo menos dois elementos: presença e voz”. Para a aferição da categoria, eles sugerem o mapeamento de características socio-econômicas dos usuários, bem como a presença de diferentes posicionamentos. No nosso caso, o mapeamento dos atributos de usuários restringiu-se às características de gênero e idade, que são as catalogadas pela iniciativa. Buscamos observar a distribuição de pessoas entre votantes e entre comentaristas, visando a compreender as dimensões de presença e voz. Tal distinção é importante porque muitos usuários são apenas leitores sem postar comentários (*lurkers*).¹¹

De um modo geral, os resultados da análise sugerem um predomínio muito grande de jovens do sexo masculino. O gráfico 1 apresenta os dados referentes a idade e gênero entre as pessoas que votaram nos três projetos de lei aqui analisados. Ele deixa clara a prevalência de pessoas do sexo masculino em todas as faixas etárias: 79,1%. Indica, ainda, que 47,9% de dos votos foram enviados por pessoas entre 20 e 29 anos.

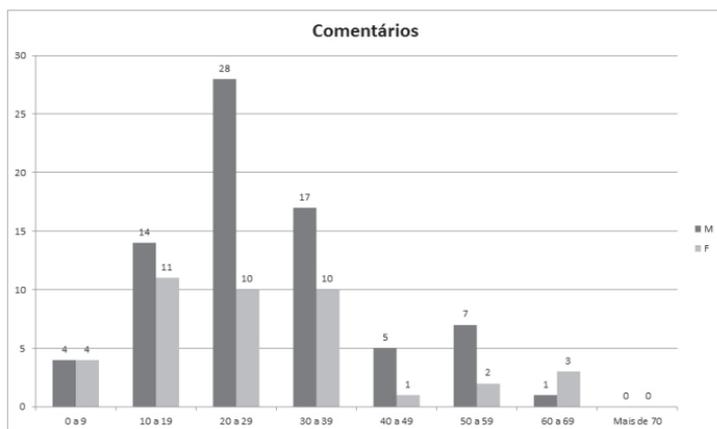
¹¹ A forma que encontramos de atentar para essa distinção foi presumir que os votantes são potenciais *lurkers*, embora alguns *lurkers* não votem e alguns dos votantes não leiam os comentários.

Gráfico 1. Faixa etária e gênero dos votantes¹²

Quando se comparam esses dados com os dos comentários, nota-se a manutenção do predomínio masculino e juvenil, ainda que, proporcionalmente essa assimetria seja um pouco menor (ver gráfico 2). Mesmo assim, a disparidade permanece acentuada: 64,4% do total de comentários é de homens; 32,2% do total de *posts* é de jovens entre 20-29. Se se consideram as faixas que englobam a adolescência e juventude (10-29 anos), a assimetria geracional fica ainda mais evidente: 53,4% dos *posts*.

¹² Note-se que as idades foram organizadas de acordo com a auto-declaração dos indivíduos. Nesse sentido, a presença de votos de pessoas de 0 a 9 anos deve-se ao fato de alguns participantes desejarem ocultar sua própria identidade, disponibilizando a idade de 0 anos. Incluíram-se aqui, também, os *posts* com idade não revelada.

Gráfico 2. Faixa etária e gênero dos responsáveis por cada comentário



A concentração de comentários de jovens do sexo masculino implica o empobrecimento da discussão, já que diferentes perspectivas podem ser negligenciadas (Young, 2000). No que concerne, especificamente, a questão etária, convém citar que diversas pesquisas apontam para o fato de a participação na Internet ser, majoritariamente, juvenil (Brundidge & Rice, 2009). Cabe mencionar, ainda, que, alguns autores, como Sæbø *et al.* (2009: 419), consideram que fóruns mais direcionados a grupos sociais específicos, em vez de cidadãos em geral, podem fomentar um sentimento de comunidade propício à participação, embora haja o risco de restringir as perspectivas disponíveis.

Ainda no interior da categoria inclusividade, buscamos mapear a presença de diferentes posicionamentos por meio do levantamento da porcentagem de comentários que aprovavam o projeto de lei e da porcentagem dos que o recusavam. Essa estratégia ajuda a avaliar o grau de desacordo no interior do fórum, o que é fundamental para a existência de deliberação (Mutz, 2006; Thompson,

2008; Lev-On e Manin, 2009). Os resultados indicam um relativo equilíbrio dos comentários, visto que a proporção deles acompanhou a dos votos.

Gráfico 3. Distribuição dos votos nos 3 grupos

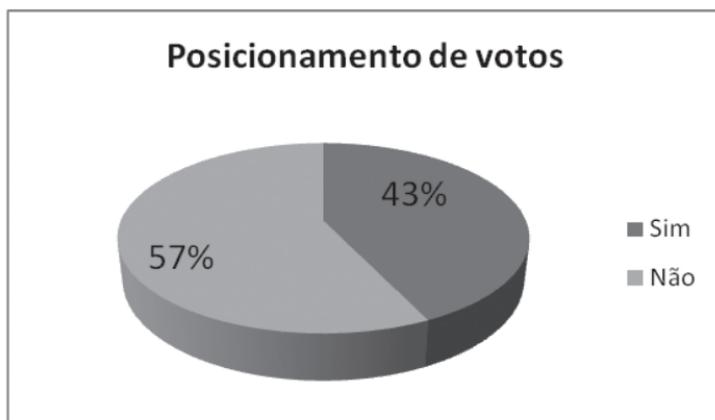
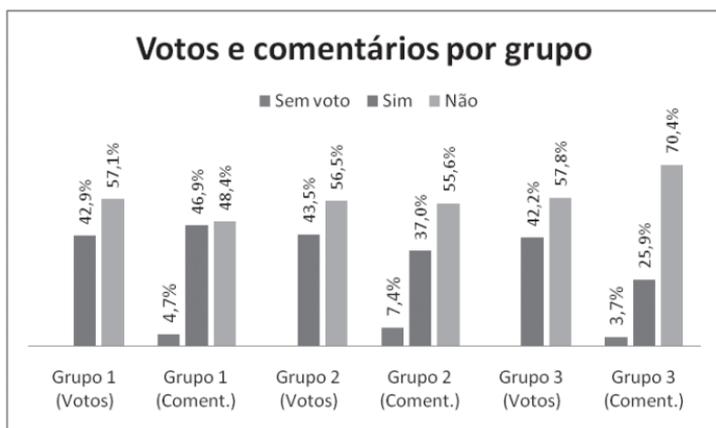


Gráfico 4. Distribuição dos comentários nos 3 grupos



Quando se decompõem esses valores agregados, percebe-se que, no caso do primeiro fórum¹³, houve mais equilíbrio entre os comentários do que entre os votos, enquanto no terceiro fórum¹⁴ surge uma maioria mais intensa do que entre os votantes (gráfico 5)

Gráfico 5. Posicionamentos de votos e comentários distribuídos por grupos



Ainda no que concerne à inclusividade dos fóruns analisados, é preciso atentar para um último critério: a concentração de *posts* por alguns participantes. A análise indica que nenhum comentarista teve grande predominância nos fóruns. O maior percentual de *posts* de um mesmo participante no interior de um fórum foi de 6,3%. Isso se explica, contudo, pelo grande número de *one-timers* (comentadores que enviam apenas um *post*), o que coloca um desafio para a geração de reciprocidade no debate (Graham

¹³ Fórum referente à discussão do PLC 6693/2009 (sobre a proibição de publicidade voltada para o público infantil).

¹⁴ Fórum referente à discussão do PLC 6555/2009 (sobre desconto de passagens interurbanas).

& Witschge, 2003). O dado agregado dos três grupos revela que, dos 92 comentadores, 75 (81%) postaram uma única mensagem. Outro dado interessante sobre o *Votena*web diz respeito à forma de participação dos usuários: apenas dois comentadores enviaram *posts* aos três fóruns analisados, o que sugere que cada discussão desperta o interesse de grupos distintos de usuários da iniciativa.

Provimento de razões

Oferecer razões publicamente é o elemento mais básico da deliberação pública. Independentemente da variedade de abordagens alicerçadas no modelo, “no coração de todas as teorias de democracia deliberativa se encontra o que pode ser chamado do requerimento de prover razões” (Wales *et al.*, 2010: 11). O toma-lá-dá-cá argumentativo é o fundamento da construção de decisões legitimadas pela racionalidade intersubjetiva.

Como amplamente discutido na literatura mais recente de deliberação, o requerimento de prover razões não implica um suposto apagamento de emoções e do auto-interesse (Mansbridge *et al.*, 2010; Dahlberg, 2005; Dryzek, 2000). Tampouco faz sentido julgar que a racionalidade se expresse por uma única forma comunicativa (Mendonça, 2011). O reconhecimento do papel da retórica e das narrativas para a democracia já está bastante consolidado entre deliberacionistas (Young, 2000; Dryzek, 2000), havendo um rico conjunto de estudos contemporâneos para refinar essa questão (Chambers, 2009; Dryzek, 2010; Polletta, 2008; Garcez & Maia, 2009; Mansbridge *et al.*, 2010). O ato de prover razões, portanto, é compreendido simplesmente como o esforço de um ator para justificar suas ações e opiniões.

Nesse sentido, concordamos com Wales e seus colaboradores (2010) que o DQI é muito restritivo e impõe graus de sofisticação desnecessários. Seguimos, assim, a sugestão dos autores de operar com uma distinção simples entre expressões de opinião justificadas e expressões destituídas de justificação. Além disso, mapeamos a relação dos comentários com o tópico sob discussão, como proposto por Freelon (2010).

A análise revela que a imensa maioria dos *posts* discorre sobre o tópico em discussão (98,3%), além de justificar as opiniões apresentadas (84,7%).

Tabela 1. Porcentagem de comentários com base na apresentação de justificativas e na relação com o tópico

Grupo	Justificativa		On Topic	
	Sim	Não	Sim	Não
Discussão 1: publicidade infantil	78,1%	21,9%	96,9%	3,1%
Discussão 2: gênero no currículo escolar	96,3%	3,7%	100,0%	0,0%
Discussão 3: transporte para visita de parentes enfermos	88,9%	11,1%	100,0%	0,0%
AGREGADO	84,7%	15,3%	98,3%	1,7%

Como o fazem Wales *et al.* (2010), também buscamos empregar a ideia de *sourcing* de Stromer-Galley (2007), cuja finalidade é levantar as fontes mobilizadas pelos participantes em seus comentários. Adaptando as fontes sugeridas pelos autores ao nosso estudo de caso, categorizamos as matérias a partir 5 categorias: 1) experiências pessoais; 2) contribuições de outros participantes; 3) matérias e produtos midiáticos em geral; 4) autoridades externas (incluindo especialistas e trechos do projeto de lei). Convém citar, aqui, que este foi o operador em que encontramos um maior grau de indecisão entre os codificadores, já que a maioria dos comentadores não menciona as fontes das opiniões

e dos dados que apresentam. Assim, não consideramos os achados deste operador suficientemente sólidos para apresentá-los aqui.

Ressaltamos apenas que a imensa maioria dos *posts* se baseia em experiências pessoais, o que transparece na asserção de justificativas sem menção explícita a outras fontes ou na exposição direta de narrativas e casos individuais. Significativos 78,8% dos 118 comentários baseiam-se em experiências pessoais. Diferentemente de outros autores, contudo, não percebemos essa significativa presença de experiências pessoais como um sinal de pobreza argumentativa. Ao contrário, julgamos que uma das riquezas da deliberação reside na possibilidade de fazer aflorar esse tipo de narrativa que dá substância e concretude aos argumentos. Narrativas pessoais não são uma forma pobre de dar razões.

Além dos operadores sugeridos por Wales *et al.* (2010) para a avaliação do provimento de razões, realizamos um mapeamento qualitativo dos principais argumentos empregados pelos participantes. Esse terceiro elemento ajuda a indicar a presença de argumentos distintos nos fóruns.

No primeiro grupo, a discussão sobre a proibição da publicidade dirigida a crianças mostrou-se bastante rica. De um modo geral, aqueles que reprovavam a medida, fizeram-no por meio de uma crítica ao inchamento das funções do Estado, apregoando que este não deveria intervir nem na formação das crianças e nem na dinâmica do mercado. Afirmou-se, ainda, que qualquer publicidade envolve certo grau de manipulação, fazendo-se essencial às crianças aprender a lidar com ela desde cedo. Ademais, a publicidade não se resumiria ao rádio e à TV, sendo que os modismos permeiam o próprio tecido da vida social. Em casos de abuso, haveria o CONAR,¹⁵ capaz de regula-

¹⁵ Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária.

mentar deslizes éticos. A conclusão da maioria dos *posts* contrários ao projeto é a de que esse tipo de educação crítica é função da família.

Em contrapartida, aqueles que aprovavam o projeto de lei dizem da impossibilidade dos pais de vigiar os filhos o dia todo, bem como da ineficiência do CONAR no exercício da fiscalização. Salienta-se, assim, a importância da regulação da mídia e enfatiza-se que as crianças são um público facilmente manipulável. *Posts* a favor do projeto ressaltaram, ainda, os efeitos perniciosos da publicidade sobre famílias sem condições financeiras. Muitos dos comentários narram a dificuldade de conter os filhos seduzidos por propagandas.

No segundo grupo, a discussão sobre a inserção do tema “Gênero” no currículo escolar foi dominada por comentários contrários à proposta. Muitos participantes alegaram que o currículo já é muito denso e que a agregação de novos temas seria contraprodutiva. Além disso, forçar essa discussão fomentaria a marcação das diferenças que estão na base do problema do sexismo. A intromissão do Estado na formação dos cidadãos é novamente enfatizada, sendo vários os defensores de que a educação é responsabilidade da família. A baixa qualidade do ensino é lembrada para a afirmação da existência de outras prioridades.

Os defensores da proposta, por sua vez, procuraram salientar que o problema do sexismo é grave, sendo vivenciado cotidianamente. O fato de nem todos possuírem orientação familiar apontaria para a relevância do projeto. Se aprovada, a lei contribuiria para uma mudança de mentalidade que ajudaria a reduzir práticas violentas. A inclusão da temática não implicaria a agregação de mais uma disciplina, mas poderia ser tratada transversalmente. E, exatamente porque o nível da educação oferecida por várias escolas é baixo, far-se-ia fundamental criar diretrizes pautam temas importantes. Interessante observar que um

dos *posts* fez uma consideração sobre o grande número de comentários masculinos contra o projeto.

Por fim, no terceiro grupo, observou-se uma interessante dinâmica discursiva acerca do projeto de lei que concede desconto no preço da passagem interestadual para pessoas de baixa renda em visitas a familiares enfermos. Se nos dois primeiros fóruns, argumentos pragmáticos, éticos e morais se atravessam em vários planos, no terceiro nota-se um claro duelo entre argumentos pragmáticos e morais. De um lado, a grande maioria dos comentários (70,3%) salienta a dificuldade prática de que tal lei funcione. Para alguns, a proposta seria demagógica, além de inviável. Afirma-se, ainda, que tal medida aumentaria o ônus dos pagantes e reduziria a eficiência dos serviços prestados. De outro lado, alguns (poucos) participantes argumentam que, mesmo com a dificuldade de implementação, a lei tem um objetivo louvável, sendo justa e moralmente defensável.

Esse breve mapeamento dos argumentos apresentados permite perceber a trama argumentativa aí instaurada. Muitos participantes não se restringem a votar, mas expressam seus posicionamentos e buscam fundamentá-los. Os fóruns do *VotenaWeb* mostram-se um interessante espaço de apresentação de razões sobre os projetos de leis em discussão.

Reciprocidade

Embora adquira nomes diferentes e definições distintas nas múltiplas perspectivas deliberativas, a reciprocidade diz respeito à mutualidade requerida pela deliberação. Não basta que cada um diga o que pensa, fazendo-se preciso interagir com o outro. Como desenvolvido em outro texto, tal interação não pressupõe altruísmo ou mesmo a aceitação de suas perspectivas, fazendo-se necessário o engajamento com o outro (Mendonça & Santos, 2009).

É preciso perceber, contudo, que há diferentes graus de reciprocidade / mutualidade. Graham e Witschge (2003) explicam essa questão de forma bastante precisa. Considerar o outro é diferente de esforçar-se para responder a ele, o que é distinto, por sua vez, da tentativa de refletir sobre as próprias posições à luz de considerações de outrem. Diferentes autores deliberacionistas parecem operar de formas variadas entre esses vários planos, o que conduz a concepções mais e menos exigentes de reciprocidade.

Embora seja possível pensar uma estratificação mais fina, neste trabalho, operamos com três elementos básicos para a aferição da reciprocidade. O primeiro deles é o levantamento de traços textuais que indiquem o engajamento efetivo com outros *posts*. Tais traços envolvem não apenas as menções a outros *posts*, mas também o uso de palavras semelhantes e a reprodução de trechos de argumentos postados. Intepelações diretas, perguntas não retóricas e o uso de argumentos distintos ligados por conjunções adversativas também foram tomados como indicadores de reciprocidade. A tabela 2 sintetiza os resultados dessa primeira codificação.¹⁶

Tabela 2. Porcentagem de comentários com base na apresentação marcas de reciprocidade

Grupo	Traços de reciprocidade	
	Sim	Não
Discussão 1: publicidade infantil	48,4%	51,6%
Discussão 2: gênero no currículo escolar	25,9%	74,1%
Discussão 3: transporte para visita de parentes enfermos	22,2%	77,8%
AGREGADO	37,3%	62,7%

¹⁶ Cabe mencionar, aqui, que buscamos empregar a categoria explícito / implícito de Wales *et al.* (2010), mas esta se mostrou bastante confusa. Os referidos pesquisadores demonstram dificuldade em definir formas implícitas de reciprocidade e os autores do presente texto tiveram o mesmo problema.

Os dados sugerem a existência de baixa reciprocidade. Apenas em pouco mais de um terço dos *posts*, encontramos marcas claras de reciprocidade. Se se recorda que 81% dos 92 participantes são *one-timers*, fica claro que os fóruns do *Votenaweb* são mais um espaço de expressão de opiniões que justificam o voto do que de engajamento crítico com o outro. São raras as ocasiões em que os participantes se esforçam por responder a críticas feitas a suas posições. Não se nota um engajamento duradouro e orgânico dos usuários, mas uma espécie de participação ocasional, mais livre e descompromissada (Granjon, 2001; Pereira, 2008).

O segundo operador empregado corrobora o achado da restrita reciprocidade. Esse operador buscou averiguar uma forma mais profunda de reciprocidade, qual seja, a mudança de opinião. Procuramos observar expressões explícitas de alteração de voto ou expressões de que a formação da opinião se daria a partir dos comentários dos outros. Nos dados analisados, somente em dois dos 118 *posts* (1,7%) há alguma marca nesse sentido. No entanto, é preciso fazer duas ressalvas a este operador. Em primeiro lugar, a mudança de opinião é muito difícil de ser traçada, porque os indivíduos tendem a não admiti-la no interior do fórum (Mackie, 2006). A jornalista do *Votenaweb*, Daniela Amaral, revelou, por exemplo, que uma das perguntas mais frequentes ao atendimento ao usuário da iniciativa diz respeito à possibilidade de alterar o próprio voto, o que nos faz supor de que isso ocorra com mais frequência do que os comentários sugerem.¹⁷ Em segundo lugar, destacamos que a mudança de opinião não é absolutamente necessária à deliberação. O engajamento com o outro não

¹⁷ Entrevista realizada em 24/01/2011: “Recebo muito e-mails perguntando se pode mudar o voto. Eu sempre explico que o sistema contabiliza apenas um voto de cada usuário e que para mudar o voto basta clicar na opção desejada que o sistema irá atualizar a votação em instantes.”

implica a concordância com ele (Dryzek & Niemeyer, 2006; Mendonça & Santos, 2009).

Por fim, o terceiro operador empregado foi a já mencionada análise qualitativa dos argumentos utilizados. Embora o alinhamento de argumentos não demonstre o efetivo engajamento entre interlocutores, ele sinaliza tendências de convergência que podem ser relevantes. Isso é importante porque, como aponta Dryzek (2000), a deliberação não depende de uma reciprocidade direta entre indivíduos, mas se configura através do choque público de discursos. Nesse sentido, é interessante perceber como os principais argumentos favoráveis e contrários aos projetos de lei “conversam” entre si. Os interlocutores atuam como representantes de discursos que estruturam um processo dialógico mais amplo, no qual um outro tipo de reciprocidade –entre discursos– se faz clara.

No grupo 1, que apresenta a taxa mais elevada de reciprocidade, esse diálogo aparece de diversas formas. Ele fica claro, por exemplo, em falas acerca do potencial efeito da regulação estatal sobre a economia, como ilustram os *posts* abaixo:

Lucas Cardoso da Silva votou não: Não se pode interferir no direito da empresa privada em querer vender seu produto. O que se deve incentivar é a regulamentação da prática, para que se evitem atos abusivos...

23 de Dezembro de 2009 às 11h59m53

Marcio Magagna votou sim: O direito da empresa privada, aqui, se confunde com o direito da criança: os propósitos da propaganda são apenas vender, lucrar e condicionar os consumidores infantis ao consumo...

25 de Dezembro de 2009 às 10h50m59

Outro eixo de construção de diálogos diz respeito à fragilidade da criança diante da mídia e à forma de lidar com isso. A discussão acerca deste ponto é atravessada por uma variável especial: ter vivido ou não a experiência da maternidade e da paternidade. Mais uma vez, recorremos

a exemplos que evidenciam, em linhas gerais, os principais aspectos sob contenda:

Heloísa Cardoso votou sim: Quem se lembra da propaganda “Eu tenho, você não tem”? Quem quer ver seu filho humilhando um colega na escola? A propaganda fomenta esse comportamento e depois são os pais que têm que correr atrás pra desfazer o estrago. É justo isso? [...]

27 de Junho de 2010 às 12h32m56

Thaís Martins Sousa votou não: Heloísa, um filho bem criado não é um filho que nunca teve contato com as coisas erradas [...] Não se educa uma criança tirando todas as tentações em volta dela....

29 de Junho de 2010 às 18h08m45

Maurício Alves Perobelli votou sim: Thaís Martins, gostaria de saber se tem filhos?? Se não como pode saber o que é bom ou não para um filho. Sou totalmente a favor deste tipo de censura, pois tenho filho, sou pai e sei do efeito que este tipo de propaganda causa em uma criança...

02 de Agosto de 2010 às 11h40m27

Thaís Martins Sousa votou não: Não tenho filhos, Maurício, mas tenho irmãos nesta idade e há pouco tempo estava nesta fase, tenho 16 anos agora. Tanto eu quanto os meus irmãos passamos pela fase de pedir tudo e querer tudo. [...] e esta é a hora em que os pais tem que saber se impor e dizer NÃO. Sei que deve ser bem mais difícil fazer do que falar, mas é preciso cortar o impulso enquanto ainda é criança.

02 de Agosto de 2010 às 14h26m08

A sequência mostra um encadeamento explícito de *posts* em que os participantes distinguem não apenas os potenciais benefícios e malefícios do projeto de lei, mas também o tipo de experiência requerida por aqueles que desejam se expressar sobre a proposta. Na sequência dos comentários, vários participantes buscaram rebater a ideia de que os pais teriam a capacidade de controle absoluta. Alguns deles, como o comentário reproduzido abaixo, reconhecem pontos do argumento oposto antes de desenvolver seu próprio argumento

Lauro Schuck votou sim: A favor! Tive uma educação com bastante informação e diálogo com meus pais [...] e hoje me considero um consumidor consciente. Na minha visão, concordo que deve partir dos pais o diálogo e a iniciativa para educar os filhos sobre consumo, mas pais não estão em volta de seus filhos o tempo todo, e muitas vezes não conseguem se sobressair [...] Pais parecem ser naturalmente vistos como “quadrados” pelos seus filhos...

08 de Setembro de 2010 às 13h49m19

No grupo 2, há basicamente dois eixos em torno dos quais constroem-se as interações dialógicas. O primeiro repete um dos dilemas abordados pelo supra-analisado fórum: a competência da família e o papel do Estado na educação dos cidadãos:

Cleilson Luis votou não: Sou de opinião que a base da sociedade está na família. Os princípios e valores morais enraizados pela educação do pai e da mãe são essenciais para o respeito mútuo entre homens e mulheres...

29 de Julho de 2010 às 13h58m22

Jacinto Leite Aquino: muita coisa precisa ser ensinada na escola alem de matematica, portugues, historia, etc... [...] muita gente alega que isso eh funcao da familia mas esquecem de que nem todo estudante possui pai/mae presentes...

08 de Agosto de 2010 às 14h10m46

Jose Eduardo Mendes votou não: O Estado não pode assumir papéis que pertencem a família, acredito que a escola instrui e a família educa. [...]

24 de Setembro de 2010 às 14h04m06

Greice Munhoz da Silva votou sim: [...] Independente de ser trabalhada em casa com a família, é uma questão que deve ser reforçada na escola sim. Muitos são os brasileiros oriundos de famílias desestruturadas, que na escola tiveram a oportunidade de receber o que não receberam em casa.

24 de Setembro de 2010 às 14h58m19

O segundo eixo de diálogo que permite vislumbrar o choque de discursos diz respeito à mudança implicada pela proposta na estrutura e na carga horária dos cursos de

Ensino Fundamental e Médio. De ordem mais pragmática, tal eixo se volta à operacionalização da proposta:

Angélica Santos Vianna votou não: Penso que a escola não pode ser mais sobrecarregada do que já é...

30 de Julho de 2010 às 01h03m20

Rodrigo Duarte Maia votou não: A quantidade de matéria para estudo no ensino médio e fundamental já está abarrotada. Se você adicionar mais uma matéria ou assunto, algum outro assunto ou matéria terá seu tempo diminuído. [...] Numa discussão de revisão das diretrizes e bases, aí sim, neste caso serei a favor de incluir a discussão de gênero, dentro possivelmente de uma matéria de direito humanos...

02 de Agosto de 2010 às 16h47m48

Linda Viana votou sim: ... Coincidentemente, ou não, a maioria das pessoas que votou não, é do sexo masculino. Porque será? [...] Por isso acho válido que essas discussões sejam incluídas dentro do currículo escolar, e não iria precisar criar mais uma matéria, essa discussão poderia ser bem trabalhada na parte de sociologia. Da próxima vez pensem bem ao achar que “é simplesmente ridícula essa proposta”...

09 de Setembro de 2010 às 20h59m58

O choque de visões apresenta o problema pragmático da saturação do currículo escolar, passa por uma proposta mediadora de revisão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e deságua no argumento de que não seria preciso criar novas disciplinas, mas apenas adequar conteúdos já trabalhados. O eixo temático dos *posts* engendra uma espécie de reciprocidade discursiva da interpelação mútua entre sujeitos.

Finalmente, no terceiro grupo nota-se um eixo central em torno do qual se constrói o diálogo entre discursos. De um lado, situa-se uma enxurrada de *posts* que chamam a atenção para a dificuldade de implementação da proposta.

Rodrigo Aguiar votou não: Eu só queria entender como isso funcionaria em termos de: 1) como comprovar que alguém não tem renda per capita maior que um salário mínimo no

momento da compra; 2) como comprovar parentesco de até 3º grau consanguíneo ou afim no momento da compra; 3) como comprovar que o cidadão de baixa renda está se dirigindo a outra localidade com o objetivo de prestar assistência ou socorro ao familiar, entre outros entraves...

11 de Dezembro de 2009 às 10h54m37

Em contrapartida, notam-se aqueles que, reconhecendo tal dificuldade, apregoam a validade moral da proposta:

Hudson Mendes votou sim: À todos, com o respeito devido: a lei é feita considerando o bom cidadão. Acreditar na pessoa de boa índole é a atitude correta, apesar de que existam questionamentos bastante sensatos acerca à necessidade ou validade da existência de, pelo contrário, pessoas de má índole que irão se usurpar de direitos conferidos para atendimento de necessidades reais. De certa forma, isso vai de encontro à demanda geral de “comprovação de renda”. Deveriam ser considerados limites de assentos para a lei (conforme a dos idosos), visto que a saúde financeira da empresa deve ser mantida inviolável -visto que sem ela, a executabilidade da lei fica impossível.

10 de Abril de 2010 às 20h39m47

Uma vez mais, nota-se o choque de visões. O segundo *post* reconhece dúvidas e questões levantadas por vários comentadores, mas apela para a normatividade da lei e para uma série de adaptações que resguardem a qualidade dos serviços e a própria execução da lei.

Essa análise qualitativa sugere a dificuldade de mensurar a reciprocidade em uma análise quantitativa que se concentre nos *posts* como unidade de análise. É rica e interessante a estratégia de adotar uma visão mais ampla, capaz de captar eixos discursivos que enfeixam uma conversa entre discursos, mais do que entre comentadores. Mesmo que a reciprocidade individual seja baixa, é possível encontrar traços de uma reciprocidade mais ampla na análise dos discursos.

Respeito mútuo

O respeito mútuo não requer participantes extremamente corteses e polidos, nem que se expressem de um modo contido, como em um clube de cavalheiros (Dryzek, 2000). A importância do respeito para a deliberação está no fato de ele possibilitar a manutenção do vínculo entre interlocutores. “Respeito é um pré-requisito para a escuta efetiva, que, por sua vez, é essencial para a deliberação” (Steenbergen *et al.*, 2003: 23).

Seguindo, a trilha de Wales *et al.* (2010: 13) optamos por enfocar as marcas explícitas de desrespeito. Também como os autores, optamos por uma distinção em dois níveis: o desrespeito a argumentos e o desrespeito a grupos (através do uso de descrições ofensivas).¹⁸ Importante salientar, ainda, que ironias e o emprego de letras maiúsculas não foram incondicionalmente taxados como desrespeitosos, embora alguns deliberacionistas assim o sugiram. A análise do eventual desrespeito contido neles foi estabelecida caso a caso.

Os gráficos 6 e 7 apresentam os resultados dessa análise, evidenciando que em todos os fóruns analisados houve pouquíssimos indícios de desrespeito:

¹⁸ Consideramos que o modelo triádico do DQI original (respeito a *argumentos, demandas e grupos*) é bastante confuso, especificamente no que concerne a distinção entre argumentos e demandas. Tanto que a versão revista do DQI trabalha apenas com o respeito a argumentos (Bächtiger *et al.*, 2009).

Gráfico 6. Porcentagem de respeito a argumentos

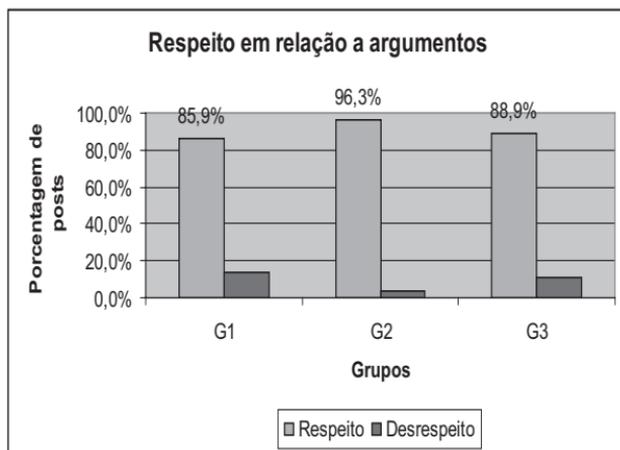
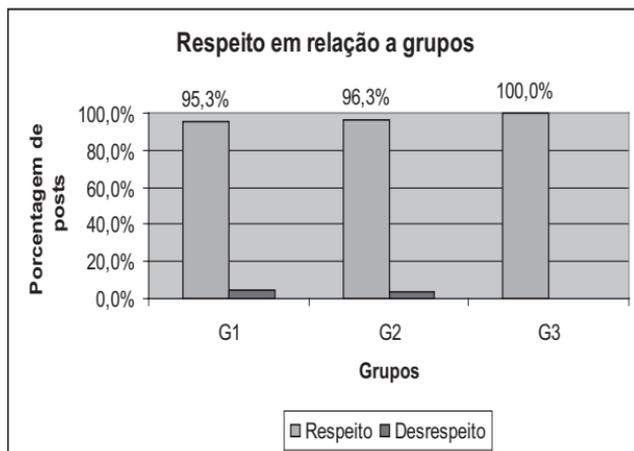
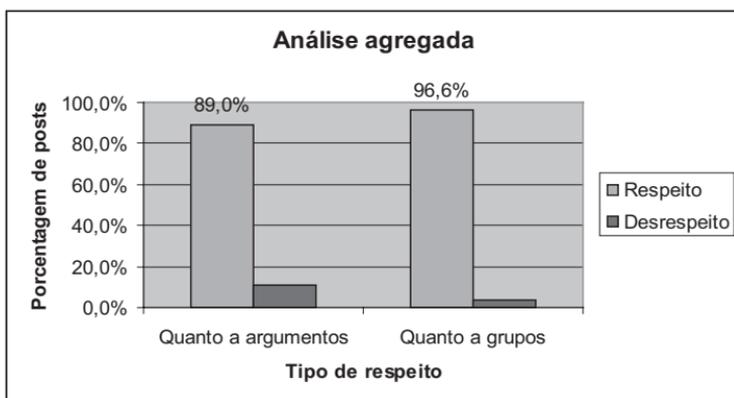


Gráfico 7. Porcentagem de respeito a grupos



Quando se agregam os dados dos três grupos, chega-se à expressiva marca de 89% de comentários respeitosos a outros argumentos e 96,6% de *posts* respeitosos em relação a grupos (gráfico 8). Contundentes, esses números expressam taxas muito pequenas de desrespeito. Se grande parte da literatura sobre Internet e política teme o perigo do *flaming* nesses fóruns online, nossa análise não encontrou marcas de acidez desrespeitosa.

Gráfico 8. Análise agregada de respeito / desrespeito



Por um lado, esse achado é animador e faz vislumbrar a possibilidade efetiva de discussões online marcadas pela civilidade. Por outro lado, o achado também pode reforçar o dado da pouca interatividade / reciprocidade entre os participantes.

Orientação para o bem comum

A quinta e última categoria abordada é a orientação para o bem comum, que permite vislumbrar a constituição

da política para além de uma agregação de interesses. Muito embora diversos deliberacionistas estejam fazendo um movimento na direção da consideração do auto-interesse (Mansbridge *et al.*, 2010), isso não significa que tenham aberto mão da ideia de bem comum. Este permanece central aos deliberacionistas e revela a crença dos mesmos no debate público como possibilidade de construção de soluções moralmente defensáveis.

É difícil, contudo, operacionalizar essa ideia, mesmo porque o que se configura como bem comum é construído deliberativamente. Nesse sentido, qualquer critério muito restrito parece contradizer premissas da abordagem. Os critérios estabelecidos pelo DQI, por exemplo, parecem-nos problemáticos, tanto porque fazem uma distinção clara e fixa entre a busca pelo bem comum e a expressão do auto-interesse, como porque restringem a noção de bem comum a duas concepções liberais: o utilitarismo e o viés rawlsiano.

Nesse sentido, consideramos frutífera a sugestão de Wales e seus colaboradores de uma abordagem qualitativa que busque compreender expressões e apelos ao bem comum entre as contribuições analisadas. Tal viés não permite a mensuração da orientação para o bem comum, mas possibilita identificar padrões diversos de sua definição. Antes de passarmos para a indicação do modo como o bem comum é tematizado, contudo, convém ressaltar que, entre os fóruns do *Votena*web analisados, há raríssimas expressões restritas de auto-interesse.

A forma mais recorrente de tematização do bem comum apela para o princípio de *equidade*. Tal princípio seria alcançável a partir de leis justas que podem prescrever formas de tratamento isonômico ou políticas da diferença. Os exemplos abaixo, expressos no segundo fórum, ilustram esse ponto:

Flávio Sponholz Oliveira votou não: É fato que políticas afirmativas só fazem aumentar o preconceito contra determinada categoria. Assim não deveria haver uma disciplina para isso. Deveria-se sim haver um tratamento isonômico em sala de aula.
19 de Agosto de 2010 às 20h51m36

Judson Maciel votou sim: A escola tem por dever ensinar o assunto gênero. Promover a equidade sexual e até indo além trabalhando para que os preconceitos em todas suas esferas sejam superadas.

25 de Agosto de 2010 às 14h45m14

Michele Schneider votou não: A integração entre gêneros nunca ocorrerá se tratada de forma separatista. Isso é um processo longo e natural, e que não ocorrerá de forma sadia caso imposta por lei.

03 de Setembro de 2010 às 23h14m04

É curioso observar que a mesma ideia de bem comum alicerça argumentos opostos. De um lado, aqueles que defendem a inserção da temática “Gênero” no currículo escolar acreditam que tal medida promoverá a “equidade sexual”. De outro, aqueles que criticam a proposta afirmam que tal medida acirrará clivagens sociais. Esse último argumento também aparece em *posts* do terceiro grupo que criticam a restrição dos descontos de passagens a apenas um grupo de pessoas:

Cicero Emerson Souza votou não: ...deve-se baratear as passagens em geral, para todos terem acesso!!!

02 de Agosto de 2010 às 20h44m14

Jose Eduardo Mendes votou não: Novamente cairemos na armadilha das “políticas públicas de classe”. Não podemos descambar para o assistencialismo populista.

24 de Setembro de 2010 às 14h06m33

Michele Duarte votou não: ... A raiz deste problema está em melhorarmos o nosso sistema de saúde como um todo e com tanto dinheiro que se arrecada com impostos e pedágios, baratearmos o custo do transporte público, que hoje é muito oneroso “para qualquer classe”..

01 de Outubro de 2010 às 12h25m54

O que está em jogo aqui é uma percepção do bem comum que ressalta a importância da igualdade entre os sujeitos. As políticas classistas não promoveriam a equidade, fragmentando o tecido social.

Uma segunda forma de tematizar o bem comum parece operar com o princípio *utilitarista* da promoção do maior bem para o maior número. Isso fica muito claro no terceiro grupo quando se questiona se o desconto nas passagens não promoveria um dano maior:

Regina Schmidt votou não: Eu não concordo. É uma medida que não resolve os problemas de renda, acaba sendo burlado por quem não precisa e tem como consequência a piora na qualidade do serviço uma vez que “diminui” a arrecadação. 20 de Março de 2010 às 20h32m52

A piora do serviço seria mais maléfica a um maior número de cidadãos do que a utilidade gerada pelo desconto a algumas pessoas. A visão utilitarista também transparece na dúvida expressa por um participante do primeiro grupo acerca da publicidade dirigida a crianças

Lucas Alan Pinto votou não: ... temos que avaliar os dois lados. O benefício que essa indústria traz à economia e à população. Os malefícios causados às famílias e personalidades das crianças. [...]. 31 de Agosto de 2010 às 02h34m01

A terceira maneira de mobilizar a defesa do bem comum em um argumento recorre à ideia de *bem-viver*. Nesse viés, ganham força princípios éticos que estabelecem o que seria bom para a sociedade. O *post* do Grupo 1 reproduzido abaixo evidencia este aspecto:

Teresita Panadés de Castro votou sim: Acho errado existir censura de idéias e de ideais, mas acho muito certo que, em nome do bem-viver, e em nome da paz no futuro, sejam proibidas propagandas de alimentos que não são saudáveis e que, ao contrário, fazem até mal, além dos “alimentos”

que fazem mal à personalidade da criança e do adolescente, transmitindo-lhe falsos conceitos [...].
12 de Novembro de 2010 às 22h53m41

Nesse caso, o bem comum se revela na promoção do valor da qualidade de vida. Essa qualidade se revela no consumo saudável –bem como “na promoção da paz no futuro”. Interessante ressaltar ainda, como o *post* de Teresita Castro introduz uma quarta modalidade de concepção do bem comum: a *defesa da autonomia*. A crítica à publicidade passa pela imposição de “falsos conceitos” que cerceariam a constituição de personalidades saudáveis. Em vários momentos do Grupo 1, o foco na autonomia emerge como dimensão central:

Thaís Martins Sousa votou não: Uma pessoa que não teve contato com as propagandas é altamente vulnerável a elas. Não adianta barrar a propaganda nesta idade, pois em alguma hora a pessoa vai ser atingida por ela [...].
02 de Agosto de 2010 às 14h26m08

Ulisses Rodrigues votou sim: ... a mídia não pode influenciar nossas escolhas!
21 de Agosto de 2010 às 09h14m42

Conceição Oliveira votou não: Sou mãe de dois adultos jovens e acho que é preciso haver alguma regulamentação, mas proibir não é solução. As proibições são tão alienantes quanto a propaganda abusiva. É importante conversar com os filhos, informá-los para formá-los mais críticos.
27 de Agosto de 2010 às 11h08m22

Os comentários evidenciam uma preocupação com a formação de indivíduos críticos e autônomos, capazes de resistir à heteronomia. Uma vez mais, nota-se que uma mesma concepção de bem comum é mobilizada por argumentos distintos. Para evitar a manipulação midiática alguns recebem a formação crítica, enquanto outros sugerem a restrição do conteúdo midiático. O *telos* a que se aspira é o mesmo, embora a forma de atingi-lo se altere.

Por fim, uma última forma observada de abordar a defesa do bem comum se revela na defesa da ideia de *direitos*. Claro está que a noção de direitos perpassa várias das outras modalidades analisadas, incluindo a autonomia e o princípio de equidade. A questão é que alguns *posts* enfocam, explicitamente, a noção de direitos, sugerindo que a garantia deles é fundamental ao bem comum. Os comentários que se seguem (do Grupo 1) ilustram este aspecto

Bene Barbosa votou não: Herberto Figueiredo, aos poucos o Estado vai se apoderando da vida pessoal do cidadão, acabando com o direito individual...

12 de Agosto de 2010 às 18h01m51

Jose Eduardo Mendes votou não: A Constituição permite a livre expressão, não podemos esquecer os direitos de 1a. geração. Acho que é inconstitucional.

24 de Setembro de 2010 às 13h59m30

Em ambos os casos, os participantes mobilizam a ideia de direitos individuais para se opor ao controle da publicidade voltada a crianças. O argumento de que é preciso garantir a liberdade de expressão e proteger os indivíduos dos tentáculos estatais revela uma concepção liberal de bem comum em que a garantia deste é assegurada na medida em que se dá liberdade aos indivíduos para buscar seus próprios interesses.

Essa análise qualitativa de expressões do bem comum revela, basicamente, duas questões. Em primeiro lugar, nota-se um esforço de grande parte dos participantes de justificar suas posições como benéficas à coletividade. Não se trata simplesmente de expressões de interesse individual, o que não significa que os participantes tenham aberto mão de seus próprios interesses. Em segundo lugar, a análise evidencia a pluralidade de concepções de bem comum.

Para além da micro-deliberação...

A análise apresentada na seção precedente indica que os fóruns do *Votenaweb* investigados são marcados por uma prática comunicativa que apresenta alguns atributos deliberativos. A grande maioria dos comentários *postados* versa sobre os tópicos em debate, apresenta justificativas para as opiniões expressas, é bastante respeitosa e busca articular concepções de bem-comum. Em contrapartida, corroborando achados recorrentes na literatura, é preciso ressaltar a problemática concentração de votos e *posts* masculinos e juvenis, bem como os índices muito baixos de reciprocidade entre indivíduos, embora a análise qualitativa indique a existência de significativa reciprocidade entre eixos discursivos.

Temos plena consciência de que essa análise não nos permite mensurar a deliberatividade do *Votenaweb* como um todo, mesmo porque trabalhamos com um número reduzido de fóruns e selecionamos os mais polêmicos. Ainda que a polêmica não assegure a deliberação é mais provável encontrá-la quando há discordância. Assumimos, também, que tais achados não nos permitem dizer, taxativamente, sequer se as arenas analisadas são ou não deliberativas. Endossando o argumento de Bächtiger *et al.* (2009), e na trilha de Goodin (2005), entendemos que processos deliberativos podem ser compostos por arenas e momentos que não apresentam, unidimensionalmente, todos os atributos deliberativos.

Como já enunciado, não acreditamos que tal mensuração da micro-deliberatividade seja a única estratégia viável para a compreensão do fenômeno analisado à luz da teoria deliberacionista. O interessante é pensar o modo como essa iniciativa específica pode se inserir em deliberações mais amplas que ultrapassam as restritas áreas de comentários por ela gerados. Assim, pretendemos sugerir dois eixos de

discussão fundamentais para pensar outras interfaces entre o *Votenaweb* e a teoria deliberacionista de democracia: o papel da informação e a conexão entre arenas.

Informação Política

A informação é uma dimensão fundamental do choque público de discursos que estrutura processos deliberativos. Para que processos deliberativos engendrem opiniões ou soluções epistemicamente densas, é fundamental que haja informação de qualidade disponível e acessível. No entanto, o foco na micro-deliberação pode impedir algumas análises de capturar essa questão. Muitos processos sociais e iniciativas democráticas são importantes não pelas restritas interações que ocorrem em seu interior, mas pelo potencial informativo que detêm.

No caso de experiências online, sobretudo, o foco na dialogicidade imediata entre usuários tende a obnubilar a percepção da profunda reestruturação do ambiente informacional engendrada pela Internet. Reestruturação esta que é fundamental à política (Bimber & Flanagan, 2009). Exatamente por isso, Pipa Norris (2001) ataca a literatura deliberacionista, defendendo que a dimensão informacional das TIC seria muito mais relevante do que os diálogos esporádicos observados ou a esperança da participação. Se, de fato, a literatura empírica de deliberação tende a negligenciar essa questão, seria equivocado apregoar que a dimensão informacional é desimportante à deliberação.

Nesse sentido, convém observar que uma importante contribuição do *Votenaweb* à possibilidade da deliberação democrática é seu esforço para criar um ambiente rico e acessível para que os usuários tomem contato com informações políticas que, de outro modo, poderiam ser inacessíveis. A utilização de infográficos e mapas, as

múltiplas possibilidades de organização e de visualização do conteúdo providas pela plataforma e a produção de sínteses de todos os projetos enriquecem o estoque de informações acessíveis aos cidadãos ordinários. A quantidade de informações sobre a tramitação de projetos de lei e sobre a trajetória e os posicionamentos de atores políticos disponibilizada pela iniciativa pode qualificar processos discursivos que não se restringem às arenas encampadas pela própria plataforma.

Muitos autores têm chamado a atenção para a conexão entre o aumento da informação política disponível na Internet e o conseqüente incremento do nível de conhecimento dos cidadãos (Davis, 1999; Bimber, 1998). Além disso, os múltiplos canais informativos na Internet contribuem para uma pulverização da *agenda* que não é mais controlada exclusivamente pelos atores políticos e grandes conglomerados midiáticos (Chadwick & Howard, 2010; Brundidge & Rice, 2009). Convém citar, também, que a eficiência da Internet passa pelos modos de apresentação da informação e pelas formas de acesso a ela (Hardy *et al.*, 2009: 136). A utilização de motores de busca e a geração de redes hipertextuais possibilitam ricas e motivadoras formas de navegação. O *Votenaweb* mobiliza esses elementos, facilitando o acesso a informações políticas, o que é essencial para a viabilização de processos deliberativos.

Se essas possibilidades são vislumbradas a partir da quantidade de informação acessível disponibilizada pelo *Votenaweb*, é preciso levantar, aqui, duas notas de cautela. A primeira delas diz respeito aos usuários da iniciativa. Diversos estudos sugerem que a Internet só informa aqueles que já se informavam, sem gerar um significativo incremento no engajamento dos cidadãos com a política (Brundidge & Rice, 2009; Hardy *et al.*, 2009). Nosso estudo não pôde avaliar este aspecto, mas é preciso estar atento a ele. Um segundo ponto que merece cautela diz respeito à

aproximação entre cidadãos e sistema político. O *Votenaweb* parece mais eficiente em divulgar ações e posições de políticos para cidadãos do que o contrário. Não há sinais claros da participação de atores do sistema político na plataforma, sendo plausível cogitar que os usuários não se percebam efetivamente ouvidos pelos parlamentares. A participação visível dos políticos seria fundamental não apenas para que os cidadãos fossem motivados ao engajamento na plataforma, mas também para que a referida pluralização da agenda influenciasse efetivamente os centros de tomada de decisão política. Do mesmo modo que o *Votenaweb* disponibiliza informações valiosas para os cidadãos, ele pode disponibilizar ricas informações para deputados e senadores. Uma medida interessante seria convidar tais atores a participar dos fóruns de comentários respondendo às críticas feitas aos projetos que propõem.

Conexão de arenas

Outro aspecto difícil de ser apreendido por micro análises é transversalidade dos fluxos comunicativos. O modelo deliberativo de democracia sempre esteve ligado a um enfoque ampliado que requer o adensamento dos intercâmbios discursivos na sociedade. Não é por acaso que o próprio modelo nasceu umbilicalmente ligado às discussões sobre esfera pública. Se, posteriormente, parte da literatura tendeu a pensar a deliberação no interior de fóruns específicos, diversos autores têm enfatizado a importância de entender processos deliberativos que permeiem diferentes arenas de interlocução (Mansbridge, 1999; 2007; Dryzek, 2000; Parkinson, 2003; Goodin, 2005; Hendriks, 2006; Marques, 2007; Maia, 2008; Mendonça, 2009).

A micro-análise deliberativa consegue mapear atributos deliberativos de proferimentos no interior de uma arena,

mas é importante ir além desses atributos e traçar rotas e trajetórias de discursos que cruzam arenas. Nosso argumento aqui é o de que a discussão processada no interior da iniciativa é um fragmento de processos mais amplos, que podem atravessar outras esferas formais e informais de discussão política. Nesse sentido, os comentários postados no *Votenaweb* podem ser pensados, simultaneamente, como alimentados por discursos provenientes de outras arenas e como fonte para outros discursos.

É preciso apontar, antes de tudo, que é bastante difícil traçar essas trajetórias de fluxos argumentativos que permitem a visualização de conexões de arenas discursivas. No entanto, alguns apontamentos são possíveis. Em primeiro lugar, observa-se a preocupação da plataforma em facilitar a ligação com redes sociais (como o Facebook e o Orkut) e microblogs (como o Twiter). Ao lado de cada projeto, há links que possibilitam o compartilhamento imediato dos dados e discussões disponibilizados pela iniciativa. Além dessas possibilidades individuais de construção de novos circuitos discursivos, o *Votenaweb* mantém páginas fixas nessas redes, onde novos comentários são postados e outras discussões são instauradas. Tais instrumentos são promissores para o surgimento de uma conversação cívica que, embora ainda restrita, permite aos cidadãos discutir projetos de lei que afetarão suas vidas.

Para quem prefere uma comunicação mais direta e pessoal, a plataforma permite o envio de e-mails a terceiros. O interessante é que também é possível enviar mensagens diretamente às caixas eletrônicas de parlamentares. Pode-se argumentar que esse instrumento não é criado pela iniciativa, ou mesmo que nada assegura a atenção dos parlamentares. No entanto, a plataforma instaura mais um canal (de fácil acesso) para que os cidadãos se manifestem de maneira individualizada. Ainda que mobilizações coletivas como petições, abaixo-assinados ou o envio simultâneo

de mensagens chame mais a atenção, é preciso reconhecer que a possibilidade de ações individualizadas é relevante tanto no que concerne à facilidade de sua realização como no tocante à emersão de visões não majoritárias.

Nota-se, assim, que a arquitetura comunicacional da iniciativa entende-a não como um espaço de discussão fechado em si mesmo. O potencial da plataforma consiste na possibilidade de atuar como conector de arenas, fortalecendo a esfera pública e a circulação de discursos. Seria interessante fazer um detalhado estudo qualitativo para acompanhar o modo como essas articulações se manifestam. Neste artigo, seria impossível proceder a tal empreitada, embora essa agenda de pesquisa nos instigue. Traçar rotas discursivas, entendendo se e como o *Votenaweb* é alimentado por outras arenas comunicativas ao mesmo tempo em que as alimenta seria fundamental à sua compreensão sob a luz da teoria deliberacionista.

Nesses apontamentos, fica claro o potencial da iniciativa para a promoção da conversação civil, embora também fique evidente a necessidade de formas mais específicas de articulação com os representantes do sistema político. Se o *Votenaweb* aspira a atuar como ponte entre cidadãos e políticos e a permitir que os cidadãos sejam efetivamente ouvidos seria importante desenvolver mecanismos mais explícitos de envolvimento dos atores políticos.

Considerações finais

Este texto procurou refletir sobre as potencialidades e desafios de uma iniciativa digital específica, a partir da perspectiva deliberacionista de democracia. Inicialmente, realizamos um estudo empírico sobre três fóruns de discussão do *Votenaweb*, os quais versavam sobre os projetos de lei mais polêmicos no interior da plataforma. Essa investigação inicial

foi feita a partir de uma grade analítica ancorada na proposta de Wales *et al.* (2010), composta por cinco categorias fundamentais: *inclusividade*, *provimento de razões*, *reciprocidade*, *respeito mútuo* e *orientação para o bem comum*.

Os principais achados em relação à categoria *inclusividade* corroboram outros estudos produzidos, visto haver um grande predomínio de jovens do sexo masculino entre os participantes dos fóruns. No que concerne ao *provimento de razões*, constatou-se que a maioria dos *posts* é focada na discussão e provê justificativas para as opiniões expressas, sendo que grande parte dessas justificativas baseia-se, principalmente, em experiências pessoais. A categoria de *reciprocidade* ofereceu-nos dados que confirmam uma baixa reciprocidade entre os participantes. Apesar da reduzida reciprocidade entre indivíduos foi possível encontrar traços de uma forte reciprocidade mais ampla entre eixos discursivos. No tocante ao *respeito mútuo*, encontrou-se um predomínio de comentários que não se mostraram desrespeitosos nem a outros *posts* nem a grupos específicos. Por fim, identificou-se grande esforço dos participantes em justificar suas opções, empregando uma grande variedade de concepções de *bem comum*.

Feita essa primeira análise, o passo seguinte envolveu a ampliação da lente sobre o fenômeno para que se pudesse extrapolar o espaço da micro-deliberação. Assim, ressaltaram-se dois eixos considerados relevantes para a compreensão da iniciativa: o papel da informação e a conexão entre arenas. Ambos possibilitam a expansão do foco, vislumbrando a existência de fluxos discursivos essenciais à deliberação. Nesse sentido, a iniciativa pode ser percebida como composta por discursos que alimentam outras arenas, ao mesmo tempo em que são alimentados por elas.

A partir dessas análises, faz-se possível levantar algumas sugestões e propostas referentes ao design de iniciativas digitais. Uma análise deliberativa não pode abster-se

de pensar o modo como a plataforma se estrutura, até porque diferentes desenhos informacionais favorecem modalidades distintas de comunicação (Wright & Street, 2007; Sæbø *et al.*, 2009). Como já assinalado, a arquitetura comunicacional empregada pela iniciativa é bastante estimulante e convidativa. Isso é fundamental ao adensamento informativo da esfera pública.

Alguns fatores, contudo, servem de alerta para iniciativas que busquem se configurar como espaços plurais e recíprocos de intercâmbio discursivo. Sugerimos, em primeiro lugar, que a presença efetiva de um moderador teria papel importante na condução de discussões e na costura de diferentes argumentos. O moderador pode estimular a conversa entre usuários, articulando postagens e levantando indagações que fomentem a reflexão dos participantes. Desse modo, a presença de *one-timers* tenderia a cair, embora tal afirmação permaneça como hipótese a ser testada.

Outra estratégia interessante seria oferecer sínteses de argumentos favoráveis e contrários a um tema em discussão. Tal estratégia contribuiria para que os usuários tivessem uma noção mais clara de eventuais benefícios e malefícios de questões em debate. Frequentemente, os usuários não se defrontam com perspectivas que contradigam seus impulsos iniciais. O exercício de encontrar contra-argumentos e responder a eles é muito rico e poderia contribuir não apenas para minar algumas certezas, mas também para fortalecê-las na medida em que visões diversas são rebatidas.

Ainda no sentido de apontar sugestões para o desenho de iniciativa digitais, assinala-se a proficuidade de um espaço para que os cidadãos debatam e proponham tópicos de debate, em vez de agirem apenas a partir de tópicos pré-configurados. Essa estratégia fortaleceria não apenas a inclusão de usuários, mas também uma pulverização da agenda política, permitindo que demandas e anseios civis se façam manifestos.

Por fim, sugere-se atenção à necessidade de ações que fortaleçam um diálogo de mão dupla entre cidadãos e representantes do sistema político. No caso do *Votenaweb*, advogamos, por exemplo, a proficuidade da presença dos autores de projetos de leis nos fóruns de discussão. Também seria interessante aumentar a visibilidade desta inserção, que não é inexistente. Atualmente, por exemplo, não fica claro no mapa dos votos dos políticos, quais deles votaram. Mesmo que o cidadão possa acompanhar cada voto de um político específico, se se busca descobrir quais políticos se manifestaram acerca de um projeto de lei, o mapa não permite esse detalhamento.

Essas sugestões iniciais são propostas no sentido de colaborar para que iniciativas digitais cumpram seu potencial de aproximar cidadãos do sistema político. Trata-se de um potencial importante, capaz de contribuir para o fortalecimento da democracia e para o incremento do debate público em torno de propostas voltadas a reger a existência coletiva. Se iniciativas de democracia digital não podem ser transformadas em panacéia capaz de resolver todos os problemas políticos e se, tampouco, podem ser idealizadas como o espaço da deliberação entre cidadãos, elas podem ser formatadas de modo a fortalecer os choques públicos de discursos de que depende a democratização da democracia.

Bibliografia

- Bächtiger, André; Shikano, Susumu; Pedrini, Seraina; Ryser, Mirjam (2009), "Measuring Deliberation 2.0: Standards, Discourse Types, and Sequenzialization", Paper presented at the ECPR General Conference, Postdam, 5-12 Sept.
- Bimber, B. (1998), "The Internet and Political Transformation: Populism, Community, and Accelerated Pluralism", *Polity*, vol. 31, n. 1, pp. 133-160.

- Bimber, B.; Sthol, C.; Flanagin, A. J. (2009), "Technological Change and the Shifting Nature of Political Organization", in Chadwick, A. & Howard, P. N. (eds.), *The Routledge Handbook of Internet Politics*, London, Routledge, pp. 72-85.
- Black, Laura W.; Burkhalter, Stephanie; Gastil, John; Stromer-Galley, Jennifer (2009), "Methods for Analyzing and Measuring Group Deliberation", in Holbert, L. (ed.), *Sourcebook of Political Communication Research: Methods, Measures, and Analytical Techniques*, New York, Routledge.
- Bohman, James (1996), *Public Deliberation: pluralism, complexity and democracy*, Cambridge, MIT.
- Bohman, James (2004), "Expanding Dialogue: The Internet, the Public Sphere and Prospects for Transnational Democracy", *The Sociological Review*, vol. 52, n. 1, pp. 131-155.
- Brundidge, J.; Rice, R. E. (2009), "Political Engagement Online - Do the Information Rich Get Richer and the Like-Minded more Similar?", in Chadwick, A. & Howard, P. N., *The Routledge Handbook of Internet Politics*, London, Routledge, pp. 144-156.
- Chadwick, A.; Howard, P. N. P. (2010), *The Routledge Handbook of Internet Politics*, New York, Routledge.
- Chambers, Simone (2003), "Deliberative Democratic Theory", *Annual Review of Political Science*, vol. 6, pp. 307-326.
- Chambers, Simone (2009), "Rhetoric and the Public Sphere: Has Deliberative Democracy Abandoned Mass Democracy?", *Political Theory*, vol. 37, n. 3, pp. 323-335.
- Dahlberg, Lincoln (2005), "The Habermasian Public Sphere: Taking Difference Seriously?" *Theory and Society*, vol. 34, n. 2, pp. 111-136.
- Davis, R. (1999), *The Web of Politics - The Internet's Impact on the American Political System*, Oxford, Oxford University Press.

- Dean, J. (2003), "Why the Net is not a Public Sphere", *Constellations*, vol. 10, n. 1, pp. 95-112.
- Delli Carpini, M. X.; Cook, F. L.; Jacobs, L. R. (2004), "Public Deliberation, Discursive Participation, and Citizen Engagement: a Review of the Empirical Literature", *Annual review of political science*, vol. 7, pp. 315-44.
- Dryzek, John S. (2000), *Deliberative Democracy and Beyond: liberals, critics, contestations*. New York: Oxford University Press.
- Dryzek, John S. (2005), "Handle with Care: The Deadly Hermeneutics of Deliberative Instrumentation", *Acta Politica*, vol. 40, n. 2, pp. 197-211.
- Dryzek, John S. (2007), "Theory, Evidence, and the Tasks of Deliberation", in Rosenberg, S., *Deliberation, participation and democracy: can the people govern?*, New York, Palgrave MacMillan, pp. 237-250.
- Dryzek, John S. (2010), "Rhetoric in Democracy: A Systemic Appreciation", *Political Theory*, vol. 38, n. 3, pp. 319-339.
- Dryzek, John S.; Niemeyer, Simon (2006), "Reconciling Pluralism and Consensus as Political Ideals", *American Journal of Political Science*, vol. 50, n. 3, pp. 634-649.
- Freelon, Deen G. (2010), "Analyzing Online Political Discussion Using Three Models of Democratic Communication", *New Media & Society*, vol. 12, n. 7, pp. 1172-1190.
- Garcez, R. L.; Maia, R. C. M. (2009), "Lutas por reconhecimento dos surdos na Internet: efeitos políticos do testemunho", *Revista de Sociologia e Política*, vol. 17, pp. 131-144.
- Gastil, John (2003) "Exploring the Potential for Democratic Deliberation and Socialization in Online Groups", paper presented at the congress Democracy on the digital age - The information society project, Yale Law School.
- Gerhards, Jürgen; Schäfer, Mike S. (2010), "Is the Internet a Better Public Sphere? Comparing Old and New Media

- in the USA and Germany”, *New Media & Society*, vol. 12, n. 1, pp. 143-160.
- Gimmler, A. (2001), “Deliberative Democracy, the Public Sphere and the Internet”, *Philosophy and social criticism*. vol. 27, n. 4, pp. 21-39.
- Goodin, Robert E. (2005), “Sequencing Deliberative Moments”, *Acta Politica*, vol. 40, n. 2, pp. 182-196.
- Graham, Todd; Witschge, Tamara (2003), “In Search of Online Deliberation: Towards a New Method for Examining the Quality of Online Discussions”, *Communications*, vol. 28, n. 2, pp. 173-204.
- Granjon, Fabien (2001), *L'internet militant - mouvement social et usages des réseaux télématiques*, Paris, Éditions Apogée.
- Gutmann, Amy; Thompson, Dennis (2004), “Why Deliberative Democracy?” Princeton / Oxford, Princeton University Press, 217 p.
- Habermas, J. (1997), *Direito e Democracia: entre a facticidade e a validade*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- Habermas, Jürgen (2005), “Concluding Comments on Empirical Approaches to Deliberative Politics”, *Acta Politica*, vol. 40, n. 3, pp. 384-392.
- Hardy, B. W., Jamieson, K. H.; Winneg, K. (2009), “The Role of the Internet in Identifying Deception during the 2004 US Presidential Campaign”, in Chadwick, A. & Howard, P. N. (eds.), *The Routledge Handbook of Internet Politics*, London, Routledge, pp. 131-143.
- Hendriks, Carolyn M. (2006), “Integrated Deliberation: Reconciling Civil Society’s Dual Role in Deliberative Democracy”, *Political Studies*, vol. 54, n.3, pp. 486-508.
- Janssen, Davy; Kies, Raphaël (2005), “Online Forums and Deliberative Democracy”, *Acta Politica*, vol. 40, pp. 317-335.
- Lev-On, Azi; Manin, Bernard (2009), “Happy Accidents: Deliberation and Online Exposure to Opposing Views”, in Davies, Todd; Gangadharan, Seeta (eds.), *Online*

- Deliberation: Design, Research and Practice*, Chicago, Center for the Study of Language and Information, pp. 105-122.
- Mackie, Gerry (2006), "Does Democratic Deliberation Change Minds?", *Politics, Philosophy & Economics*, vol. 5, n. 3, pp. 279-303.
- Macpherson, C. B. (1977), *A democracia liberal - origens e evolução*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Maia, Rousiley C. M. (ed.) (2008), *Mídia e Deliberação*, Rio de Janeiro, Editora FGV.
- Mansbridge, J. (1999), "Everyday Talk in Deliberative System", in Macedo, Stephen (ed.), *Deliberative Politics: Essays on Democracy and Disagreement*, New York, Oxford University Press, pp. 211-239.
- Mansbridge, Jane (2007), "Deliberative Democracy or Democratic Deliberation?", in Rosenberg, S., *Deliberation, Participation and Democracy: Can the People Govern?*, New York, Palgrave MacMillan, pp. 251-271.
- Mansbridge, Jane; Bohman, James; Chambers, Simone; Estlund, David; Follesdal, Andreas; Fung, Archon; Lafont, Cristina; Manin, Bernard; Martí, José Luis (2010), "The Place of Self-Interest and the Role of Power in Deliberative Democracy", *Journal of Political Philosophy*, vol. 18, n. 1, pp. 64-100.
- Marques, Ângela (2007), *O Processo Deliberativo a partir das Margens: o programa Bolsa-Família na mídia e na fala das beneficiárias*. Tese (Doutorado em Comunicação Social), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Mendonça, R. F. (2009), *Reconhecimento e Deliberação: as lutas das pessoas atingidas pela hanseníase em diferentes âmbitos interacionais*. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - FAFICH, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

- Mendonça, R. F. (2011), "Reconhecimento e (qual?) deliberação", *Opinião Pública*, vol. 17, n. 1, pp. 206-227.
- Mendonça, R. F.; Santos, D. B. (2009), "A cooperação na deliberação pública: um estudo de caso sobre o referendo acerca da proibição da comercialização de armas de fogo no Brasil", *DADOS*, vol. 52, n. 2, pp. 507-542.
- Mutz, Diana (2006), *Hearing the other Side: Deliberative Versus Participatory Democracy*, Cambridge / New York, Cambridge University Press, 171 p.
- Norris, P. (2001), *Digital Divide: Civic Engagement, Information Poverty & and the Internet Worldwide*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Parkinson, John (2003), *The Legitimation of Deliberative Democracy*, Tese (Doutorado em Ciência Política), Research School of Social Sciences, Australian National University, Canberra.
- Pereira, Marcus Abílio (2008), *Cyberativismo e democracia - Movimentos Sociais e novos repertórios e ação*. Tese (Doutorado em Sociologia do Estado, do Direito e Administração) - Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Portugal.
- Polletta, F.; Lee, J. (2006), "Is Telling Stories Good for Democracy? Rhetoric in Public Deliberation after 9/11", *American sociological review*, vol. 71, n. 5, pp. 699-723.
- Polletta, Francesca (2008), "Just Talk: Public Deliberation after 9/11", *Journal of Public Deliberation*, vol. 4, n. 1, pp. 1-22.
- Rosenberg, Shawn (2007), "An Introduction: Theoretical Perspectives and Empirical Research on Deliberative Democracy", in Rosenberg, S., *Deliberation, Participation and Democracy: Can the People Govern?*, New York, Palgrave MacMillan, pp. 1-25.
- Sæbø, Ø.; Rose, J.; Molka-Danielsen, Judith (2009), "E-Participation: Designing and Managing Political

- Discussion Forums”, *Social Science Computer Review*, vol. 28, n. 4, pp. 403-426.
- Steenbergen, M. R.; Bächtiger, A., Spörndli, M.; Steiner, J. (2003), “Measuring Deliberation: a Discourse Quality Index”, *Comparative European Politics*, vol. 1, n. 1, pp. 21-48.
- Stromer-Galley, Jennifer (2007), “Measuring Deliberation’s Content: A Coding Scheme”, *Journal of Public Deliberation*, vol. 3, n. 1, pp. 1-35.
- Thompson, Dennis (2008), “Deliberative Democratic Theory and Empirical Political Science”, *Annual Review of Political Science*, vol. 11, pp. 497-520.
- Wales, Corinne; Cotterill, Sarah; Smith, Graham (2010), “Do Citizens ‘Deliberate’ in On-Line Discussion Forums? Preliminary Findings from an Internet Experiment”, paper prepared for the Participatory and Democracy Specialist Group at the Political Studies Association Conference, Edinburgh.
- Wilhelm, Anthony G. (2000), *Democracy in the Digital Age*, New York, Routledge.
- Wojcieszak, M. E.; Mutz, Diana C. (2009), “Online Groups and Political Discourse: Do Online Discussion Spaces Facilitate Exposure to Political Disagreement?”, *Journal of Communication*, vol. 59, n. 1, pp. 40-56.
- Wright, Scott; Street, John (2007), “Democracy, Deliberation and Design: the Case of Online Discussion Forums”, *New Media and Society*, vol. 9, n. 5, pp. 849-869.
- Young, Iris (2000), *Inclusion and Democracy*, Oxford, Oxford University Press.